

CAFÉ E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

META

Apresentar a gênese e o desenvolvimento da economia cafeeira e sua importância para o surgimento do capitalismo no Brasil.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

descrever a importância da imigração européia para a economia cafeeira;

diferenciar o Vale do Paraíba do Oeste paulista no que se refere ao desenvolvimento da economia cafeeira;

descrever a importância da economia cafeeira na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil;

Mostrar a importância da economia cafeeira para a industrialização brasileira;

listar as diferenças entre a industrialização retardatária da industrialização restringida;

definir o que entendeu por modelo agrário exportador;

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado o conteúdo das aulas 14, 15, 16, 17.



Figura 1 - Economia cafeeira
(Fonte: <http://tibexa.files.wordpress.com>).

INTRODUÇÃO

O início do Século XIX foi marcado por transformações políticas significativas para o Brasil. Foi um momento de consolidação da independência que tem suas raízes na transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808.

Caio Prado Júnior analisando o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil afirma:

“Se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos se não estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência do Brasil seria antedatada de quatorze anos e se contaria justamente da transferência da Corte em 1808” (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 43).

Várias medidas de caráter liberal foram tomadas pelo príncipe regente. A primeira delas foi a abertura dos portos do Brasil às nações amigas através da carta régia de 28 de janeiro de 1808. Esta medida tem um significado, o fim do pacto colonial já que o Brasil mesmo que em tese poderia comercializar com qualquer nação.

O Alvará de 1º de abril do mesmo ano estabelecia o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas revogando o de 1795 que proibia a produção de manufaturas na colônia. Seguiram-se outras medidas tais como: Concessão de licença para o corte do pau Brasil, permissão para entrada de navios de qualquer nação nos portos dos estados portugueses, permissão aos ourives trabalhar e negociar livremente com obras de ouro e prata dentre outras. Finalmente a Lei de 16 de dezembro de 1815 elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (COSTA, 1978).

Descontentes com algumas medidas tomadas, principalmente aquelas que restringia a entrada de mercadorias inglesas no Brasil, a Inglaterra impôs a assinatura dos tratados de 1810: tratado de comércio e navegação e o tratado de aliança e amizade. Quanto ao primeiro este estabelecia dentre outros artigos, que as mercadorias importadas da Inglaterra pagariam apenas 15% ad valorem nos domínios de Portugal. Ficando assim as taxas sobre importação: Portugal (16%), Inglaterra (15%) e outros países (24%). Posteriormente a taxa de Portugal foi equiparada a Inglesa.

Por outro lado, de acordo com Celso Furtado, na primeira metade do século XIX, as exportações tradicionais do Brasil, apresentavam-se em estágio crítico, ou seja, o açúcar sofria concorrência externa com a produção cubana e com o açúcar derivado da beterraba; o algodão sofria concorrência com a produção norte americana; o fumo não apresentava possibilidades de expansão devido às restrições ao tráfico negreiro; os couros sofriam concorrência com a produção Platina.

É nesse contexto que surgiu o café como o “salvador da Pátria” e responsável pela acumulação do capital que será investido no setor industrial.

ECONOMIA CAFEEIRA

O café é originário da Abissínia, sendo introduzido na América no século XVIII. Foi introduzido no Brasil por Francisco de Melo Palheta, que trouxe cinco mudas que recebeu de presente da esposa do Governador da Guiana Francesa em 1772.

Do Pará onde foi iniciado o cultivo, o café se expandiu para outras regiões ocupando no século XIX, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Foi inicialmente no Vale do Paraíba e posteriormente no Oeste Paulista que o Café se tornou o “Salvador da Pátria”, ocupando o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras.

José Roberto do Amaral Lapa (1986) aponta algumas diferenças entre as principais regiões produtoras de café: o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista:



Francisco M. Palheta

Militar e sertanista brasileiro introdutor do cultivo do café no Brasil.

VALE DO PARAÍBA	OESTE PAULISTA
1. Formas tradicionais de ocupação e uso da terra	1. Formas capitalistas de ocupação e uso da terra
2. Fracionamento dos latifúndios	2. predomínio da grande propriedade
3. mentalidade tradicional na administração da fazenda	3. Mentalidade empresarial capitalista
4. estagnação econômica	4. Progresso
5. investimento improdutivo dos lucros	5. investimento produtivo dos lucros
6. agricultura arcaica	6. agricultura moderna
7. fazendas auto-suficientes	7. fazendas dependentes
8. aristocracia escravocrata e conservadora	8. aristocracia imigratista e liberal
9. senhorio voltado para gestão agrícola	9. senhorio empresarial
10. dependência do patrocínio oficial	10. iniciativa privada independente
11. regressão urbana	11. Desenvolvimento urbano
12. formação de classes médias por um movimento de descenso da aristocracia	12. formação de classes médias por um movimento de Ascenso de segmentos inferiores
13. indiferença política	13. ativismo na prática política
14. resistência ao movimento abolicionista	14. aceitação do movimento abolicionista
15. ideologia monarquista	15. ideologia republicana
16. inércia cultural	16. Intensidade do movimento cultural
17. impermeabilidade ao processo de adaptação cultural	17. fácil adaptação a novas imposições culturais
18. relações sociais paternalistas	18. relações sociais capitalistas

19. relações sociais de produção escravistas	19. relações sociais de produção capitalistas
20. forças produtivas escravistas	20. forças produtivas capitalistas
21. administração direta do trabalho	21. administração indireta do trabalho
22. unidade de produção tradicional (fazenda)	22. unidade de produção capitalista (empresa)

Quadro 1 - Diferencia entre Vale do Paraíba e Oeste Paulista (Fonte: Lapa, 1986, p. 30).

Quando se estuda a economia cafeeira um dos pontos de discussão é referente a origem do capital responsável por este empreendimento. De acordo com Afrânio Mendes Catani (1998), o capital investido na empresa cafeeira tem a sua origem no capital que foi acumulado internamente. Capital esse transferido do comércio de mulas, capital usurário urbano, tráfico negreiro dentre outros.

O nascimento e o desenvolvimento da economia cafeeira foram beneficiados por vários fatores dentre os quais podemos destacar: a disponibilidade de terras e a oferta de mão de obra escrava. Quanto a terra principalmente na fase inicial (vale do Paraíba), esta era abundante e próxima a portos de embarque o que baratearia a produção; com relação à mão de obra, a economia cafeeira contou com um imenso contingente de escravos proveniente da região mineira.

Comparando o desenvolvimento da economia cafeeira com a açucareira, Celso Furtado mostra muito bem que a semelhança que existe entre ambas é apenas no tocante a força de trabalho, pois utilizaram a mão de obra escrava em larga escala, pelo menos no primeiro momento de gestação da economia cafeeira. Por outro lado a economia cafeeira se diferenciava da açucareira na medida em que apresentava um grau de capitalização muito baixo. Enquanto a economia açucareira exigia investimentos altíssimos no que se refere aos equipamentos utilizados, a economia cafeeira utilizava equipamentos simples, fabricados no Brasil. Quanto aos grupos dirigentes, na economia açucareira, estes praticamente não tinham poder de decisão, pois,

As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto (...) isolados os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses”. Enquanto a economia cafeeira, “desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial (FURTADO, 1977, p. 114-115).

Como vimos anteriormente, na sua fase inicial, a economia cafeeira foi favorecida pela disponibilidade de mão de obra escrava existente na região mineira. No entanto, na medida em que o café se expandia a questão da

mão de obra exigia soluções. Convém lembrar que em 1844 foi decretada a tarifa Alves Branco que tributou em 30% as mercadorias estrangeiras o que prejudicava os interesses Britânicos no Brasil. Em represália a Inglaterra decretou o Bill Aberden estabelecendo o aprisionamento de todo navio que traficasse escravos para o Brasil. Pressionado, o Governo Imperial através da Lei Euzébio de Queiroz (1850) proibiu o tráfico intercontinental de escravos. Portanto no seu processo de expansão a partir da década de 1850, a economia cafeeira necessitava de mão de obra. É nesse contexto que se insere o movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil.



Figura 3 - Fazenda Produtora de Café no Vale do Paraíba
(Fonte: www.historianet.com.br).

Na verdade existia no Brasil um grande contingente de mão de obra livre que poderia muito bem suprir as necessidades do setor cafeeiro. Este contingente era formado por homens livres pobres espalhados principalmente em toda a região nordeste. Porém esses indivíduos não tinham interesse em se integrar ao sistema cafeeiro nacional na medida em tinham a sua subsistência garantida explorando o sistema de roças. Existia, portanto o que podemos chamar de um mercado de trabalho vazio, ou seja, existia o trabalho, mas não tinha pessoas interessadas em se inserir como trabalhadores assalariados.

A solução encontrada foi a imigração européia como alternativa para a questão da mão de obra.

A primeira experiência conhecida como Sistema de Parceria, coube a iniciativa do Senador Vergueiro que em 1852 transferiu para sua fazenda em Limeira oitenta famílias de camponeses. Nesse sistema o imigrante arcava com basicamente todas as despesas tais como: passagem, alimentação, fer-

ramentas etc. Além disso, o colono assinava um contrato através do qual só poderia deixar a fazenda depois de pagar as dívidas contraídas com as despesas anteriormente citadas. Esse sistema fracassou na medida em que a mentalidade escravista dos fazendeiros aliada as péssimas condições de vida dos colonos transformaram o sistema em uma semi servidão.



Figura 4 - Imigrantes italianos trabalhando na colheita do café (Fonte: www.suapesquisa.com.br).

Fracasso do sistema de parceria a questão da mão de obra só foi solucionada a partir de 1870, quando o governo assumiu todos os gastos com o transporte do imigrante e os fazendeiros assumiam todos os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano na fazenda como também colocavam terras a disposição para que os imigrantes cultivassem produtos de subsistência.

A imigração se acelera com essas medidas. Calcula-se que entraram no Brasil somente no período de 1870 a 1888, quase 300 mil imigrantes (italianos principalmente). O trabalho assalariado passa a predominar e o movimento abolicionista toma corpo através de várias leis posteriores a 1870, tais como: a Lei de Ventre Livre que declarava livre todos os filhos de escravos nascidos a partir desta data e a Lei do Sexagenário que libertava todos os escravos maiores de 60 anos. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre se concretiza em 13 de maio de 1888, com a libertação de todos os escravos através da Lei Áurea

A economia cafeeira desempenhou um papel importante para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Foi, portanto, a partir do surgimento desse complexo cafeeiro investido de enorme poder e capital que abriram brechas para o desenvolvimento industrial: do capital acumulado na cafeicultura seria possível fomentar a indústria (...). No entanto, o crescimento desta, “estava sempre condicionado ao vaivém da economia do café (CATELLI JÚNIOR, 1992, p. 46-47).

A INDUSTRIALIZAÇÃO

Foi a partir da década de 1880, que teve início o que podemos considerar como a primeira fase da industrialização no Brasil, com o surgimento da indústria têxtil. Em 1907, existiam somente em São Paulo 326 estabelecimentos industriais, dentre estes 31 eram indústrias de tecidos. Até 1933 a industrialização brasileira se caracterizou pela produção de bens de consumo assalariado produzindo principalmente tecidos. Convém lembrar que anterior a década de 1880, tivemos um surto industrial marcado pelo que se denominou de ERA MAUÁ. Tendo como principal personagem Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Era esta caracterizada pelo surgimento de indústrias de bens de consumo (vestuários, alimentos etc...), setor de serviços e de transportes.

Na verdade o que caracterizou a economia brasileira até o final da década de 1920, foi à existência de um modelo agrário exportador que tinha como principal produto o café. Cyro Rezende mostra muito bem que até 1929,

o país nada mais era do que um exportador de commodities e importador de produtos industrializados dentro da economia-mundo capitalista.

O modelo agrário se caracterizou pela venda de matérias primas e gêneros tropicais aos países capitalistas (Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos etc.) e compra de produtos industrializados.

Esse modelo agrário exportador faliu em 1929 com o crack da bolsa de valores de Nova York, na medida em que com a crise, os Estados Unidos diminuiu as importações do café brasileiro caindo o valor da saca de 200 mil réis para 21 mil réis. A crise não atingiu apenas o setor cafeeiro, pois

entre dezembro de 1929 a março de 1930, 579 fábricas brasileiras fecharam suas portas por absoluta falta de consumidores para sua módica produção, e o índice de desemprego atingiu a cifra de dois milhões de pessoas, enquanto os salários reais declinavam em média 45% no setor urbano e 53% no rural (REZENDE, 1999, p. 19).

É nesse contexto de crise que assumiu o poder Getúlio Vargas através da Revolução de 1930, inaugurando o que se convencionou denominar de “Era Vargas”.

No plano econômico, Getúlio Vargas ainda na fase do Governo Provisório adotou soluções para debelar a crise da economia cafeeira sendo a principal, a compra dos excedentes produzidos e queimando-os para manter os preços do café no mercado.

A partir de 1933 inaugura-se uma nova fase da industrialização no Brasil,



Getúlio Vargas

(19/4/1882 - 24/8/1954) foi o presidente que mais tempo governou o Brasil, durante dois mandatos. De origem gaúcha (nasceu na cidade de São Borja), Vargas foi presidente do Brasil entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Entre 1937 e 1945 instalou a fase de ditadura, o chamado Estado Novo. Criou a Justiça do Trabalho (1939) instituiu o salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho, também conhecida por CLT. Criou a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945). Em 1938, criou o IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e estatística). Criou a Petrobrás.

denominada de industrialização restringida. Restringida por que faltavam as bases técnicas (indústria de bens de produção) e financeiras (investimentos).

Apesar de restrições ao avanço da industrialização no Brasil, a Era Vargas foi marcada, principalmente a partir da implantação do Estado Novo por um modelo econômico intervencionista, caracterizado pela substituição das importações isto é, restringiu as importações de bens de consumo não duráveis como bebidas e alimentos ao tempo em que estimulava as importações de bens de produção, ou seja, maquinários e equipamentos) procurando assim, integrar o Brasil ao Capitalismo Mundial. Esse período foi marcado por medidas de cunho nacionalista como a criação da Lei Antitruste, os Atos contrários a Economia Nacional e a Lei sobre crimes contra a economia popular. Várias empresas estrangeiras foram nacionalizadas, principalmente as de navegação e extração mineral.

Em 1941 com empréstimos do governo Norte americano foi fundado a Companhia Siderúrgica Nacional e no ano seguinte a Companhia Vale do Rio Doce. De acordo com Cyro Rezende o Estado Novo deixou um legado importante para a economia brasileira, ou seja, deixou o Brasil

como um país economicamente híbrido, com uma base industrial sólida”. Além disso, anulou “de forma definitiva o controle hegemônico que o setor agroexportador, especialmente identificado com a cafeeicultura, exercera sobre o Governo Federal.

Sucedendo **Getúlio Vargas**, Eurico Gaspar Dutra abandonou os princípios econômicos da “Era Vargas” (intervencionismo) e procurou desenvolver uma política econômica de acordo com os princípios liberais. Ao contrário do Governo de Vargas permitiu a entrada maciça de produtos, principalmente dos Estados Unidos no mercado brasileiro. Em 1947, foi elaborado o Plano SALTE, cujo objetivo era desenvolver os seguintes setores: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Por conta da falta de investimentos, esse plano fracassou.

A década de 50 caracterizou-se principalmente, pela internacionalização da economia brasileira, que teve como marco, o Governo de **Juscelino Kubitschek** (1956-1961). Convém lembrar que anterior ao Governo de JK, Getúlio Vargas (1951-1954) desenvolveu uma política nacionalista que procurou estabilizar a economia brasileira (saneamento financeiro interno e auxílio externo). Apesar dos investimentos em setores básicos como infraestrutura e energia, essa política fracassou. Em 1953, foi criada a Petrobrás.

Assumindo o Governo, JK procurou implementar uma política desenvolvimentista ao criar o Plano de Metas que tinha como prioridades abolir os pontos de estrangulamento da economia brasileira com o desenvolvimento de setores básicos como: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Os investimentos em infraestrutura ficariam a cargo do Estado que procuraria atrair investimentos privados, tanto nacionais

como estrangeiros expandindo assim a indústria de base, a indústria pesada, a indústria de material elétrico e a automobilística (CATANI, 1998, p. 96).

De acordo com Cyro Rezende (1999), o Governo JK com a sua política desenvolvimentista legou a nação brasileira tanto pontos positivos, como negativos. Dentre estes, pode-se destacar:

- a) A consolidação de um modelo urbano-industrial;
- b) Crescimento dos desequilíbrios regionais;
- c) Desenvolvimento da indústria automobilística principalmente em São Paulo;
- d) Marginalidade Econômica de regiões tradicionais (ex. Nordeste);
- e) Criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste);

ATIVIDADES

1. Identifique as diferenças entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista.
2. Qual a origem do capital investido do setor cafeeiro.
3. Mostre as diferenças entre a economia açucareira e a cafeeira
4. Qual a solução encontrada no que se refere a mão de obra necessária para a economia cafeeira
5. O que entendeu por modelo agrário exportador
6. Identifique os aspectos econômicos do Governo de Getúlio Vargas
7. Quais os objetivos do Plano SALTE elaborado no Governo de Eurico Gaspar Dutra
8. Quais os pontos positivos e negativos do Plano de METAS elaborado no Governo JK

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

No desenvolvimento da economia cafeeira, duas regiões se destacaram. Inicialmente o Vale do Paraíba e posteriormente o Oeste Paulista. Enquanto o Vale do Paraíba mantinha relações tradicionais de produção, o Oeste Paulista vai se constituir em uma região com um grau de desenvolvimento principalmente no que se refere à inserção de relações capitalistas de produção. O desenvolvimento da economia cafeeira também foi possível graças ao capital interno vinculado ao tráfico negreiro, comércio interno etc. A partir da década de 1930 o Governo procurou, através dos vários planos econômicos, romper com o modelo agrário exportador implantando uma política desenvolvimentista.


Juscelino Kubitschek

Nasceu em 22 de agosto de 1902 em Diamantina, Minas Gerais. Filho de um caixeiro-viajante e de uma professora formou-se como médico na cidade de Belo Horizonte, em 1927. Fez curso e estágio complementares em Paris e Berlim em 1930. Kubitschek foi eleito deputado federal (1934-1937), nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945). Foi eleito governador em Minas Gerais (1950 a 1954). Venceu a eleição para presidente da República com 36% dos votos, numa coligação PSD-PTB com o slogan “Cinquenta Anos em Cinco”. Em 1966 tentou organizar uma frente pela redemocratização do país, junto com Carlos Lacerda e João Goulart, mas não voltou mais ao poder. Afastou-se da política e dedicou-se ao trabalho como empresário. Morreu em um desastre automobilístico na Via Dutra, na altura da cidade fluminense de Resende, em 20 de agosto de 1976.

CONCLUSÃO

Não restam dúvidas de que a economia cafeeira foi responsável pelo surgimento do capital industrial e da grande indústria no Brasil na medida em que gerou o capital monetário necessário para o início da industrialização. Além disso, convém lembrar-se do papel desempenhado pela imigração, não do ponto de vista técnico, pois como sabemos, a grande maioria dos imigrantes eram provenientes de regiões de tradição agrária e sim porque estes possibilitaram a formação de um mercado interno de necessidades isto é: era necessário produzir tanto alimentos como bens de consumo para atender a demanda dessa massa trabalhadora.

RESUMO



Nesta aula aprendemos que: 1. A economia cafeeira tem suas origens no capital acumulado internamente; 2. O café foi também responsável pela acumulação do capital que foi investido no setor industrial; 3. Na primeira fase da industrialização o primeiro ramo da indústria a se desenvolver foi a têxtil; 4. O avanço da industrialização no Brasil ocorreu a partir da década de 1950, no governo de JK que implantou uma política desenvolvimentista através do Plano de METAS.

REFERÊNCIAS

- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CATELLI JUNIOR, Roberto. **Brasil: do café à indústria**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.